



**III CONEDU**

CONGRESSO NACIONAL DE  
E D U C A Ç Ã O

## A EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS NA SEARA DO ENEM

Francisca Hisllya Bandeira Cavalcante

*Secretaria da Educação do Estado do Ceará – SEDUC-CE*  
*hisllya@gmail.com*

**Resumo:** O presente trabalho apresenta um projeto desenvolvido com alunos do Ensino Médio da Escola Sales Campos (Fortaleza - CE) que contempla a discussão de temáticas relacionadas à Educação em Direitos Humanos como prática social mediadora de emancipações políticas, sociais, culturais e econômicas e a relação dessas temáticas com as questões e as competências e habilidades da matriz de referência para as Ciências Humanas do ENEM. Trata-se de um projeto de ação curricular integrada com ações pedagógicas realizadas nas aulas das disciplinas das Ciências Humanas, que objetivou trabalhar conceitos, experiências e questionamentos ligados a esse eixo temático que identificamos como um dos principais na prova de Ciências Humanas do Enem: o dos direitos humanos. Na primeira etapa, buscou-se proporcionar uma abordagem teórica sobre os Direitos Humanos, compreender o panorama político, histórico, cultural e social das lutas pelos direitos humanos ao longo da História e os desafios atuais dessa luta. Durante as etapas seguintes, proporcionou-se aos alunos momentos de discussão, problematização, debates, produção de textos e de materiais diversificados sobre a temática. Como resultado, acreditamos que os estudantes conseguiram compreender as implicações que esses assuntos trazem para suas vidas, bem como foram estimulados a buscar o respeito à diversidade e aos direitos dos outros, independente de condição social, de orientação sexual, de cor da pele, de credo religioso e/ou de ter uma opinião contrária a sua, além de ficarem preparados para responder qualquer questão com a qual possam se deparar no ENEM, ou em qualquer outro exame, que dissertem sobre o assunto.

**Palavras-Chave:** Direitos Humanos, Formação Humana Integral, Práticas Educativas, Currículo, Ensino Médio Integrado.

### Introdução

No cotidiano em sala de aula com turmas do Ensino Médio vivemos permeados por projetos, programas e diretrizes para que seja desenvolvido um trabalho em sala de aula que seja significativo para os educandos, garantindo-lhes a oportunidade de discutir assuntos e questões próprios de suas vivências pessoais e profissionais e o direito de terem acesso aos conhecimentos historicamente construídos pela humanidade, visando a sua formação para a cidadania e o melhor preparo para a vida e para as avaliações externas e exames aos quais serão submetidos ao final dessa última etapa da Educação Básica.

A nível Federal, o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) é a avaliação externa que fornece um diagnóstico sobre o ensino médio no país e, principalmente, é a porta de acesso para as principais universidades do Brasil. A nível estadual, desde 2013 o ENEM tem sido usado como componente do Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará (SPAECE). Criado em 1998, o ENEM sempre apresentou um diferencial em suas questões, valorizando a contextualização, a interpretação dos textos e a interdisciplinaridade. A partir de 2009, as provas passaram a ser estruturadas em quatro matrizes, uma para cada



**III CONEDU**

CONGRESSO NACIONAL DE  
**E D U C A Ç Ã O**

área de conhecimento<sup>1</sup> e as questões passaram a ser elaboradas a partir dessas matrizes de referência.

As matrizes de referência para a área de Ciências Humanas<sup>2</sup>, sobre as quais nos deteremos ao longo desse trabalho, são organizadas em seis competências, divididas cada uma em cinco habilidades. A competência de área três: CH03 - Compreender a produção e o papel histórico das instituições sociais, políticas e econômicas, associando-as aos diferentes grupos, conflitos e movimentos sociais - e as habilidades a ela relacionadas: H11 - Identificar registros de práticas de grupos sociais no tempo e no espaço; H12 - Analisar o papel da justiça como instituição na organização das sociedades; H13 - Analisar a atuação dos movimentos sociais que contribuíram para mudanças ou rupturas em processos de disputa pelo poder; H14 - Comparar diferentes pontos de vista, presentes em textos analíticos e interpretativos, sobre situação ou fatos de natureza histórico-geográfica acerca das instituições sociais, políticas e econômicas; H15 - Avaliar criticamente conflitos culturais, sociais, políticos, econômicos ou ambientais ao longo da história - abrem espaço para que as diversas problemáticas ligadas aos Direitos Humanos, aos movimentos e conflitos sociais sejam abordadas nos conteúdos didáticos, nas aulas e na prova das Ciências Humanas do ENEM.

<sup>1</sup> Linguagens; Matemática; Ciências da Natureza e Ciências Humanas.

<sup>2</sup> Essa área do conhecimento abrange os componentes curriculares de História, Geografia, Sociologia e Filosofia.



**III CONEDU**

CONGRESSO NACIONAL DE  
**E D U C A Ç Ã O**

Exemplo disso é que nas edições de 2009 a 2014 do ENEM<sup>3</sup>, encontramos questões que cobram conhecimentos sobre homofobia, ações afirmativas voltadas ao público LGBT e sobre a dimensão política da ampliação de cidadania e de respeito às relações homossexuais, direitos sociais garantidos pela Constituição Federal, a Comissão Nacional da verdade e as relações étnico raciais e as políticas públicas, entre outros assuntos temáticos ligados aos Direitos Humanos, aos movimentos sociais, às lutas por igualdade e respeito às diversidades.

Essas questões, refletem e endossam a finalidade<sup>4</sup> da Resolução nº01 do Conselho Pleno do Conselho Nacional de Educação, de 30 de março de 2012, que estabelece as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos e os propósitos<sup>5</sup> da Resolução nº02 da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, de 30 de janeiro de 2012, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio.

<sup>3</sup> Alguns exemplos de questões do ENEM que abordam esses assuntos temáticos:

**ENEM 2010 – 1º DIA – CADERNO 1 - AZUL – QUESTÃO 41**

“Pecado nefando” era expressão correntemente utilizada pelos inquisidores para a sodomia. Nefandus: o que não pode ser dito. A Assembleia de clérigos reunida em Salvador, em 1707, considerou a sodomia “tão péssimo e horrendo crime”, tão contrário à lei da natureza, que “era indigno de ser nomeado” e, por isso mesmo, nefando. (NOVAIS, F.; MELLO E SOUZA, L. História da vida privada no Brasil. V.1. São Paulo: Companhia das Letras, 1997 – adaptado)

O número de homossexuais assassinados no Brasil bateu o recorde histórico em 2009. De acordo com o Relatório Anual de Assassinato de Homossexuais (LGBT – Lésbicas, Gays, Bissexuais e Travestis), nesse ano foram registrados 195 mortos por motivação homofóbica no País. (Disponível em: [www.alemданoticia.com.br/ultimas\\_noticias.php?codnoticia=3871](http://www.alemданoticia.com.br/ultimas_noticias.php?codnoticia=3871). Acesso em: 29 abr. 2010 – adaptado)

A homofobia é a rejeição e menosprezo à orientação sexual do outro e, muitas vezes, expressa-se sob a forma de comportamentos violentos. Os textos indicam que as condenações públicas, perseguições e assassinatos de homossexuais no país estão associadas

- A) à baixa representatividade política de grupos organizados que defendem os direitos de cidadania dos homossexuais.
- B) à falência da democracia no país, que torna impeditiva a divulgação de estatísticas relacionadas à violência contra homossexuais.
- C) à Constituição de 1988, que exclui do tecido social os homossexuais, além de impedi-los de exercer seus direitos políticos.
- D) a um passado histórico marcado pela demonização do corpo e por formas recorrentes de tabus e intolerância.
- E) a uma política eugênica desenvolvida pelo Estado, justificada a partir dos posicionamentos de correntes filosófico-científicas.

**ENEM 2010 2ª APLICAÇÃO – 1º DIA – CADERNO 1 - AZUL – QUESTÃO 42**

A primeira instituição de ensino brasileira que inclui disciplinas voltadas ao público LGBT (lésbicas, gays, bissexuais e transexuais) abriu inscrições na semana passada. A grade curricular é inspirada em similares dos Estados Unidos da América e da Europa. Ela atenderá jovens com aulas de expressão artística, dança e criação de fanzines. É aberta a todo o público estudantil e tem como principal objetivo impedir a evasão escolar de grupos socialmente discriminados. (Época, 11 jan. 2010 - adaptado).

O texto trata de uma política pública de ação afirmativa voltada ao público LGBT. Com a criação de uma instituição de ensino para atender esse público, pretende-se

- A) contribuir para a invisibilidade do preconceito ao grupo LGBT.
- B) copiar os modelos educacionais dos EUA e da Europa.
- C) permitir o acesso desse segmento ao ensino técnico.
- D) criar uma estratégia de proteção e isolamento desse grupo.
- E) Promover o respeito à diversidade sexual no sistema de ensino.

**ENEM 2014 – 1º DIA – CADERNO 1 - AZUL – QUESTÃO 17**

(83) 3322.3222

contato@conedu.com.br

[www.conedu.com.br](http://www.conedu.com.br)



# III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE  
E D U C A Ç Ã O

Na prática pedagógica em sala de aula, é costumeiro resolvermos e comentarmos as questões de edições anteriores do ENEM com os alunos. Sendo assim, observamos que desde que sofreu estas modificações as provas desse exame têm apresentado de forma mais frequente questões que dissertam sobre temas como igualdade de gênero, diversidade sexual, racismo, homofobia, direitos sociais, movimentos sociais, conquistas coletivas, exercício da cidadania, reivindicação por liberdade, os direitos das mulheres, o combate a práticas discriminatórias contra homossexuais e negros, entre outros. Partindo deste contexto, tivemos



PAIVA, M. Disponível em: [www.redes.unb.br](http://www.redes.unb.br). Acesso em: 25 maio 2014.

A discussão levantada na charge, publicada logo após a promulgação da Constituição de 1988, faz referência ao seguinte conjunto de direitos:

- A) Civis, como o direito à vida, à liberdade de expressão e à propriedade.
- B) Sociais, como direito à educação, ao trabalho e à proteção à maternidade e à infância.
- C) Difusos, como direito à paz, ao desenvolvimento sustentável e ao meio ambiente saudável.
- D) Coletivos, como direito à organização sindical, à participação partidária e à expressão religiosa.
- E) Políticos, como o direito de votar e ser votado, à soberania popular e à participação democrática.

#### **ENEM 2014 – 1º DIA – CADERNO 1 - AZUL – QUESTÃO 28**

A Comissão Nacional da Verdade (CNV) reuniu representantes de comissões estaduais e de várias instituições para apresentar um balanço dos trabalhos feitos e assinar termos de cooperação com quatro organizações. O coordenador da CNV estima que, até o momento, a comissão examinou, “por baixo”, cerca de 30 milhões de páginas de documentos e fez centenas de entrevistas.

Disponível em: [www.jb.com.br](http://www.jb.com.br). Acesso em: 2 mar. 2013 (adaptado).

A notícia descreve uma iniciativa do Estado que resultou da ação de diversos movimentos sociais no Brasil diante de eventos ocorridos entre 1964 e 1988. O objetivo dessa iniciativa é

- A) anular a anistia concedida aos chefes militares.
- B) rever as condenações judiciais aos presos políticos.
- C) perdoar os crimes atribuídos aos militantes esquerdistas.
- D) comprovar o apoio da sociedade aos golpistas anticomunistas.
- E) esclarecer as circunstâncias de violações aos direitos humanos.

<sup>4</sup> Resolução CNE/CP 1/2012. Diário Oficial da União, Brasília, 31 de maio de 2012 – Seção 1 – p. 48.

Art. 3º A Educação em Direitos Humanos, com a finalidade de promover a educação para a mudança e a transformação social, fundamenta-se nos seguintes princípios:

- I - dignidade humana;
- II - igualdade de direitos;
- III - reconhecimento e valorização das diferenças e das diversidades;
- IV - laicidade do Estado;
- V - democracia na educação;
- VI - transversalidade, vivência e globalidade; e
- VII - sustentabilidade socioambiental.

<sup>5</sup> Resolução CNE/CEB 2/2012. Diário Oficial da União, Brasília, 31 de janeiro de 2012, Seção 1, p. 20.

(83) 3322.3222

[contato@conedu.com.br](mailto:contato@conedu.com.br)

[www.conedu.com.br](http://www.conedu.com.br)



**III CONEDU**

CONGRESSO NACIONAL DE  
**E D U C A Ç Ã O**

a percepção que seria interessante que os alunos pudessem discutir e ter um contato mais aprofundado com essas temáticas.

Além disso, pensamos que esses assuntos precisam ser explorados e bastante discutidos com os jovens estudantes de ensino médio, assim como com toda a sociedade. Resolvemos, então, desenvolver um projeto de ação que objetiva trabalhar com conceitos, experiências e questionamentos ligados a esse eixo temático que identificamos como um dos principais na prova de Ciências Humanas do Enem: o dos direitos humanos, proporcionando aos alunos que se preparam para um bom desempenho neste exame entrarem em contato com essas temáticas, conhecerem as implicações que esses assuntos trazem para suas vidas, compreenderem e respeitarem a diversidade e os direitos dos outros, independente de condição social, de orientação sexual, de cor da pele, de credo religioso e/ou de ter uma opinião contrária a sua, além de ficarem preparados para responder com segurança qualquer questão com a qual possam se deparar nessa importante avaliação a que serão submetidos. Organizar seus estudos e prepará-los para a vida, eis o foco central das ações pensadas neste projeto.

Em seu artigo de número 10, inciso 2, as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (DCNEM) apresentam que, em decorrência de legislação específica, é obrigatório estar presente no currículo do Ensino Médio a Educação em Direitos Humanos, “com tratamento transversal e integradamente, permeando todo o currículo, no âmbito dos demais componentes curriculares”<sup>6</sup>, estando essa obrigatoriedade em acordo com o Decreto nº7037/2009 que institui o Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH 3, que expõe em seu eixo orientador V as seguintes diretrizes:

Eixo Orientador V: Educação e Cultura em Direitos Humanos:

- a) Diretriz 18: Efetivação das diretrizes e dos princípios da política nacional de educação em Direitos Humanos para fortalecer uma cultura de direitos;
- b) Diretriz 19: Fortalecimento dos princípios da democracia e dos Direitos Humanos nos sistemas de educação básica, nas instituições de ensino superior e nas instituições formadoras;

Art. 4º As unidades escolares que ministram esta etapa da Educação Básica devem estruturar seus projetos político-pedagógicos considerando as finalidades previstas na Lei nº9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional):

I - a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no Ensino Fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos;

II - a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores;

III - o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico;

IV - a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática.

<sup>6</sup> **Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio** (DCNEM). Resolução CNE/CEB nº 2, de 30 de janeiro de 2012, p.4. Disponível em:

[http://pactoensinomedio.mec.gov.br/images/pdf/resolucao\\_ceb\\_002\\_30012012.pdf](http://pactoensinomedio.mec.gov.br/images/pdf/resolucao_ceb_002_30012012.pdf)

(83) 3322.3222

contato@conedu.com.br

[www.conedu.com.br](http://www.conedu.com.br)



# III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE  
E D U C A Ç Ã O

- c) Diretriz 20: Reconhecimento da educação não formal como espaço de defesa e promoção dos Direitos Humanos;
- d) Diretriz 21: Promoção da Educação em Direitos Humanos no serviço público; e
- e) Diretriz 22: Garantia do direito à comunicação democrática e ao acesso à informação para consolidação de uma cultura em Direitos Humanos.<sup>7</sup>

E com as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos que estipula como objetivo central dessa educação “a formação para a vida e para a convivência, no exercício cotidiano dos Direitos Humanos como forma de vida e de organização social, política, econômica e cultural nos níveis regionais, nacionais e planetário.”<sup>8</sup> E articula-se com as seguintes dimensões:

- I - apreensão de conhecimentos historicamente construídos sobre direitos humanos e a sua relação com os contextos internacional, nacional e local;
- II - afirmação de valores, atitudes e práticas sociais que expressem a cultura dos direitos humanos em todos os espaços da sociedade;
- III - formação de uma consciência cidadã capaz de se fazer presente em níveis cognitivo, social, cultural e político;
- IV - desenvolvimento de processos metodológicos participativos e de construção coletiva, utilizando linguagens e materiais didáticos contextualizados; e
- V - fortalecimento de práticas individuais e sociais que gerem ações e instrumentos em favor da promoção, da proteção e da defesa dos direitos humanos, bem como da reparação das diferentes formas de violação de direitos.<sup>9</sup>

Sabemos que as DCNEM, como o próprio nome sugere e seu texto define, direciona a forma como o Ensino Médio deve ser organizado e reúnem princípios, fundamentos e procedimentos, definidos pelo Conselho Nacional de Educação, para orientar as políticas públicas educacionais na elaboração, planejamento, implementação e avaliação das propostas curriculares das unidades escolares públicas e particulares que oferecem o Ensino Médio. É esse documento que orienta (ou pelo menos deve orientar) o Projeto Político Pedagógico (PPP) das Escolas, conseqüentemente, a elaboração dos planos de ensino dos professores e, direta e indiretamente, a confecção do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Sendo assim, não podemos ignorar em nossas aulas a Educação em Direitos Humanos, pois além de todo o direcionamento legal que temos para tal, trata-se de uma educação para a vida, para o exercício pleno da cidadania e para a formação integral dos estudantes.

Segundo Koenig (2007), “a Educação em Direitos Humanos torna-se essencial para um processo guerreiro de mudanças sociais globais e deve ser incluída nas atividades

<sup>7</sup> **Programa Nacional de Direitos Humanos.** Decreto nº 7.037, de 21 de dezembro de 2009. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2009/Decreto/D7037.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D7037.htm)>

<sup>8</sup> **Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.** Resolução CNE/CP nº01, de 30 de maio de 2012, p.2. Disponível em: < [http://www.proaeci.ufes.br/sites/proaeci.ufes.br/files/field/anexo/rcp001\\_12%20\(1\).pdf](http://www.proaeci.ufes.br/sites/proaeci.ufes.br/files/field/anexo/rcp001_12%20(1).pdf)>

<sup>9</sup> **Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.** Resolução CNE/CP nº01, de 30 de maio de 2012, p.2. Disponível em: < [http://www.proaeci.ufes.br/sites/proaeci.ufes.br/files/field/anexo/rcp001\\_12%20\(1\).pdf](http://www.proaeci.ufes.br/sites/proaeci.ufes.br/files/field/anexo/rcp001_12%20(1).pdf)>



**III CONEDU**

CONGRESSO NACIONAL DE  
E D U C A Ç Ã O

educacionais e culturais de cada sociedade ao redor do mundo”<sup>10</sup> Portanto, a Escola aparece como um lócus propício para a abordagem da temática dos Direitos Humanos. E a sala de aula como um local apropriado para a discussão de como os Direitos Humanos são compreendidos e retratados, quais os problemas e conflitos a eles relacionados, como diversidade e singularidade dialogam, possibilitando experiências de alteridade, em tensão com questões ligadas aos Direitos Humanos e ao cotidiano dos estudantes, permitindo-os encontrarem uma forma de se colocar no mundo e de vivenciar situações de protagonismo, de formação humana integral.

A definição do que seriam os direitos humanos<sup>11</sup> aponta para uma pluralidade de significados e essa pluralidade tem suas raízes na historicidade desse conceito. A chamada concepção contemporânea de direitos humanos veio a ser introduzida com o advento da Declaração Universal de 1948 e reiterada pela Declaração de Direitos Humanos de Viena de 1993. Esta concepção é fruto do movimento de internacionalização dos direitos humanos, que constitui um movimento recente na história, surgindo a partir do pós-segunda guerra mundial como resposta às atrocidades e aos horrores cometidos durante esse conflito global. É neste cenário que se desenha o esforço de reconstrução dos direitos humanos, como paradigma e referencial ético a orientar a ordem internacional contemporânea.

<sup>10</sup> KOENIG, Shulamith. Introdução. In: ANDREOPOULOS, George J. e CLAUDE, Richard Pierre. **Educação em Direitos Humanos para o século XXI - Vol.5**. São Paulo: Edusp, 2007, p.15.

<sup>11</sup> Em palavras utilizadas pelo senso comum, os Direitos Humanos são direitos inerentes a todos os seres humanos, independentemente de raça, sexo, nacionalidade, etnia, idioma, religião ou qualquer outra condição.

Segundo o site “humanrights.com”, os direitos humanos estão baseados no princípio de respeito em relação ao indivíduo. A sua suposição fundamental é que cada pessoa é um ser moral e racional que merece ser tratado com dignidade. Estes são chamados direitos humanos porque são universais. Enquanto as nações ou grupos especializados usufruem dos direitos específicos que se aplicam só a eles, os direitos humanos são os direitos aos quais todas as pessoas têm direito, não importa quem sejam ou onde morem, simplesmente porque estão vivos. (Disponível em: <<http://www.humanrights.com/pt/what-are-human-rights.html>> Acesso em: 09/12/2014.)

De acordo com Goreneder (2007), entende-se por Direitos Humanos “o conjunto de princípios de caráter universal e universalizantes, formalizados no contexto do Estado Liberal democrático tal como ele se desenvolveu no mundo europeu ocidental no curso do século XIX, que proclamam como direitos inalienáveis do homem os direitos à vida e às liberdades civis e públicas.” (GORENDER, Jacob. **Direitos Humanos: o que são** (ou devem ser). São Paulo: Editora Senac SP, 2007, p.21.)

Flores (2006) defende que “os direitos humanos compõem a nossa racionalidade de resistência, na medida em que traduzem processos que abrem e consolidam espaços de luta pela dignidade humana. Realçam, sobretudo, a esperança de um horizonte moral, pautada pela gramática da inclusão, refletindo a plataforma emancipatória de nosso tempo.” (FLORES, Joaquim Herrera. **Direitos Humanos, Interculturalidade e Racionalidade de Resistência**, mimeo. In: PIOVESAN, Flávia. Caderno de Direito Constitucional – Módulo V: Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional. Rio Grande do Sul: Escola da Magistratura do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, 2006, p.6.

Disponível em: <[http://www2.trf4.jus.br/trf4/upload/arquivos/emagis\\_atividades/ccp5\\_flavia\\_piovesan.pdf](http://www2.trf4.jus.br/trf4/upload/arquivos/emagis_atividades/ccp5_flavia_piovesan.pdf)>

Herkenhof (2011) sugere que “os Direitos Humanos constituem um projeto histórico a ser realizado por meio da luta. Trata-se da transmissão de valores que constituem o alicerce de uma cultura dos direitos humanos, uma cultura voltada à promoção da paz, do direito à não violência, do respeito e da valorização da diversidade.” (HERKENHOFF, J. B. **Curso de Direitos Humanos**. São Paulo: Editora Santuário, 2011, P.05.)



**III CONEDU**

CONGRESSO NACIONAL DE  
**E D U C A Ç Ã O**

A partir desse contexto, a sensibilização para temas de Direitos Humanos passou a ser urgente e necessária. Espaços de reflexão sobre ideias de liberdade e de igualdade e sobre a luta por direitos surgiram e foram ganhando notoriedade e importância para a sociedade em geral; objetivando contribuir para a construção de uma cultura de respeito e valorização das diferenças, difundindo a cultura de Direitos Humanos, reafirmando o repúdio aos abusos cometidos e fortalecendo a luta contra as violações desses Direitos.

Compreendemos que para avançar na realização progressiva dos Direitos Humanos é necessário aprofundar o debate social sobre a temática, assumindo compromissos com a sociedade onde estamos inseridos e com a sociedade de uma forma geral. “Na Escola, a noção de igualdade encontra um campo fértil para brotar como força, não apenas em sua dimensão ideológica, mas como prática cotidiana. Escola como o lugar onde devem ser criados e perpetuados os espaços e condições para que as inteligências e capacidades de crianças e jovens possam se manifestar na total radicalidade de suas diferenças.”<sup>12</sup>

Visamos, como sujeitos que constroem a Educação Básica, especialmente o Ensino Médio, na Escola Pública lançar inquietações e questões fundamentais para o entendimento do nosso presente, da memória do nosso passado e das perspectivas para o nosso futuro através da Educação em Direitos Humanos.

### **Percurso didático-metodológico**

O projeto em questão foi desenvolvido na Escola Estadual de ensino Fundamental e Médio Sales Campos, onde atuei como professora coordenadora de área das Ciências Humanas (PCA) e lecionei a disciplina de História nas turmas de 2º e 3º anos do Ensino Médio. A escola situa-se no bairro Jacarecanga e os alunos, em sua maioria, são oriundos desse bairro e de suas adjacências.<sup>13</sup>

Abordar temas relacionados aos Direitos Humanos, especialmente alguns assuntos, como homofobia e diversidade sexual, dentro da escola não é algo fácil. Porém, percebemos que esta é uma temática que historicamente e socialmente é agente da construção das

<sup>12</sup> MIGLIORIN, Cezar et al (orgs). **Nona Mostra Cinema e Direitos Humanos no Hemisfério Sul** (Catálogo). Brasília, DF / Niterói, RJ: Universidade Federal Fluminense, 2014, p.200.

<sup>13</sup> A Escola atende cerca de 400 alunos, distribuídos em dois turnos: manhã e tarde e em dois níveis de ensino – Fundamental e Médio. Muitos são jovens socialmente carentes, de famílias consideradas de baixa renda. Conta com 28 professores, 12 funcionários e um Núcleo Gestor composto por um diretor, uma coordenadora e uma secretária escolar. Seu espaço físico é composto por 10 salas de aula, sala da direção, sala da Coordenação, centro de multimídia, sala dos professores, secretaria, banheiro dos professores e funcionários, banheiros dos alunos, almoxarifado, banco de livros, depósito de material, depósito da merenda, cozinha, dois pátios, sala do grêmio, rádio escolar e laboratórios de Ciências e de Informática.





**III CONEDU**

CONGRESSO NACIONAL DE  
**E D U C A Ç Ã O**

sociedades e muito pertinente nos dias atuais e que dependendo da forma como é exposta e debatida os alunos ficam mais audíveis, flexíveis e participantes do debate.

Sabemos que os Direitos Humanos foram construídos como forma de lidar com contradições implicadas em fenômenos múltiplos como a pena de morte, o massacre das nações indígenas, as disputas de terra, a pobreza e a miséria, a tortura e os regimes totalitários, a exploração no trabalho, as relações de gênero, a xenofobia, o racismo, a intolerância religiosa, as injustiças sociais e a impunidade.

O projeto desenvolvido objetivava esclarecer conceitos e preceitos; proporcionar questionamentos, estranhamentos, construção de conhecimento; sensibilizar os jovens para uma postura mais humana e igualitária com as diferenças e enfrentamentos sociais, econômicos e culturais com as quais se deparam no dia-a-dia e flexibilizá-los a um novo olhar e comportamento, ajudando-os a assegurar o direito à felicidade, liberdade, respeito e dignidade, independente das opções, dos caminhos que cada um deseja seguir. Além de proporcionar uma abordagem teórica sobre os Direitos Humanos; identificar as dimensões históricas e culturais dos Direitos Humanos; compreender o panorama político, histórico, cultural e social das lutas pelos direitos humanos ao longo da História e os desafios atuais dessa luta e esclarecer os conceitos centrais para a prática dos Direitos Humanos.

Desenvolvemos o trabalho de forma integrada nas aulas de História, Geografia, Sociologia e Filosofia, nas quais abordamos a temática através de textos, vídeos, debates e análise e resolução das questões das edições anteriores do ENEM (2009 a 2014) que fazem referência à temática em estudo. A partir das abordagens citadas, solicitamos que os alunos do 3º ano elaborassem textos em forma de artigo de opinião para a confecção de um jornal; aos alunos do 2º ano que executassem um fanzine e selecionamos grupos com alunos de todas as turmas envolvidas para montar, ensaiar a apresentar peças teatrais com enredos que contenham as principais discussões trabalhadas e elucidadas em sala de aula. Além disso, os alunos foram submetidos a um simulado com questões elaboradas de acordo com as competências e habilidades do ENEM abordando a temática do projeto.

Toda a produção dos alunos foi exibida e distribuída em uma “Mostra cultural dos Direitos Humanos”, na qual os artigos foram expostos em painéis e os melhores distribuídos aos outros alunos da Escola em um jornal impresso; os fanzines também foram distribuídos entre os alunos e as peças exibidas no pátio da Escola.

O Projeto teve duração de quatro meses, tendo sido trabalhado em uma hora/aula semanal (50min) em cada uma das disciplinas citadas anteriormente (História, Geografia, Sociologia e Filosofia). Iniciamos o Projeto no mês de março com as aulas expositivas e

(83) 3322.3222

contato@conedu.com.br

**www.conedu.com.br**



# III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE  
E D U C A Ç Ã O

discursivas e em junho fizemos a “Mostra cultural dos Direitos Humanos”, com a apresentação dos artigos, dos fanzines e das peças teatrais, conforme cronograma de atividades abaixo:

MÊS	1ª SEMANA	2ª SEMANA	3ª SEMANA	4ª SEMANA
<b>MARÇO</b>	Atividades em sala de aula.	Atividades em sala de aula.	Atividades em sala de aula.	Atividades em sala de aula.
<b>ABRIL</b>	Elaboração dos artigos (3ºs anos) e dos fanzines (2ºs anos).	Correção dos artigos e dos fanzines.	Escolha dos artigos para os painéis e reprodução dos fanzines.	Elaboração do jornal com os melhores artigos.
<b>MAIO</b>	Montagem das peças.	Ensaaios das peças.	Ensaaios das peças.	Ensaaios das peças.
<b>JUNHO</b>	Realização do simulado com as questões estilo Enem	Finalização e reprodução do jornal e do fanzine; ensaios das peças.	Realização da “Mostra Cultural dos Direitos Humanos”.	Avaliação do projeto com os alunos, em sala de aula.

## Resultados e considerações finais

A escola, como um todo, teve um papel importante no projeto, pois foi o locus que oportunizou, a partir de suas múltiplas flexibilidades e funções, aos professores da área de Ciências Humanas e outros professores da área de Linguagens que direta e indiretamente envolveram-se, desenvolverem abordagens e trabalhos diferenciados que muitas vezes não estão contidos no currículo formal, apesar de todo um referencial legal e teórico que o legitima, e que são de extrema necessidade de discussão e compreensão de todo o colegiado, por que a escola se faz de alunos, docentes e gestores e todos possuem estas temáticas intrínsecas no cotidiano pessoal, social e profissional.

Contamos com o envolvimento dos alunos em todo o projeto e para tal trabalhamos de forma simples, porém com objetividade e profundidade, sempre os fazendo participantes ativos e construtores do projeto, desta forma eles se perceberam como construtores da história cotidiana e agentes transformadores da sociedade.

O cronograma foi seguido e conseguimos que número expressivo de artigos escritos, dois fanzines foram elaborados (um por turma de 2º ano), duas esquetes teatrais foram pensadas, escritas e encenadas pelos alunos, o simulado da prova de Ciências Humanas do ENEM com questões relacionadas à temática em estudo no projeto foi aplicado na primeira semana de junho e a Mostra Cultural dos Direitos Humanos realizou-se juntamente com a Feira das Ciências da Escola<sup>14</sup>, nos dias 29 e 30 de junho, na qual foram apresentadas as duas

<sup>14</sup> Feira interdisciplinar, na qual os alunos de todas as séries e turmas da Escola apresentam projetos científicos de ação curricular integrada e culturais desenvolvidos ao longo do primeiro semestre letivo em todas as áreas de



# III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE  
E D U C A Ç Ã O

esquetes no pátio da Escola, foi fixado na parede central do pátio da Escola um painel com os melhores artigos escritos pelos alunos e foram entregues os fanzines aos alunos, como informativo sobre os Direitos Humanos e sua importância para a vida em comunidade.

Como ressaltamos anteriormente, as últimas edições da Prova do ENEM apresentaram uma gama de questões com temáticas relativas aos Direitos Humanos. Na edição de 2015 não foi diferente, a prova de Ciências Humanas apresentou, no mínimo, três questões que dissertaram sobre a luta pela igualdade de gênero<sup>15</sup>, o choque de civilizações<sup>16</sup> e os movimentos sociais<sup>17</sup>. Após a aplicação da prova, ouvimos muitos comentários dos alunos fazendo referência ao projeto e como as discussões possibilitadas pelos trabalhos que fizemos ajudaram na resolução dessas e de outras questões na referida prova.

ensino e componentes curriculares.

<sup>15</sup> **ENEM 2015 – 1º DIA – CADERNO 1 - AMARELO – QUESTÃO 05**

Ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado que qualificam o feminino

BEAUVOIR, S. **O segundo sexo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

Na década de 1960, a proposição de Simone de Beauvoir contribuiu para estruturar um movimento social que teve como marca o(a)

- A) ação do Poder Judiciário para criminalizar a violência sexual.
- B) pressão do Poder Legislativo para impedir a dupla jornada de trabalho.
- C) organização de protestos públicos para garantir a igualdade de gênero.**
- D) oposição de grupos religiosos para impedir os casamentos homoafetivos.
- E) estabelecimento de políticas governamentais para promover ações afirmativas.

<sup>16</sup> **ENEM 2015 – 1º DIA – CADERNO 1 - AMARELO – QUESTÃO 12**

Quanto ao “choque de civilizações”, é bom lembrar a carta de uma menina americana de sete anos cujo pai era piloto na Guerra do Afeganistão: ela escreveu que — embora amasse muito seu pai — estava pronta a deixá-lo morrer, a sacrificá-lo por seu país. Quando o presidente Bush citou suas palavras, elas foram entendidas como manifestação “normal” de patriotismo americano; vamos conduzir uma experiência mental simples e imaginar uma menina árabe maometana pateticamente lendo para as câmeras as mesmas palavras a respeito do pai que lutava pelo Talibã — não é necessário pensar muito sobre qual teria sido a nossa reação.

ZIZEK, S. **Bem-vindo ao deserto do real**. São Paulo: Bom Tempo, 2003.

A situação imaginária proposta pelo autor explicita o desafio cultural do(a)

- A) prática da diplomacia.
- B) exercício da alteridade.**
- C) expansão da democracia.
- D) universalização do progresso.
- E) conquista da autodeterminação.

<sup>17</sup> **ENEM 2015 – 1º DIA – CADERNO 1 - AMARELO – QUESTÃO 19**

Não nos resta a menor dúvida de que a principal contribuição dos diferentes tipos de movimentos sociais brasileiros nos últimos vinte anos foi no plano da reconstrução do processo de democratização do país. E não se trata apenas da reconstrução do regime político, da retomada da democracia e do fim do Regime Militar. Trata-se da reconstrução ou construção de novos rumos para a cultura do país, do preenchimento de vazios na condução da luta pela redemocratização, constituindo-se como agentes interlocutores que dialogam diretamente com a população e com o Estado.

GOHN, M. G. M. **Os sem-terras, ONGs e cidadania**. São Paulo: Cortez, 2003 (adaptado).

No processo da redemocratização brasileira, os novos movimentos sociais contribuíram para

- A) diminuir a legitimidade dos novos partidos políticos então criados.
- B) tornar a democracia um valor social que ultrapassa os momentos eleitorais.**
- C) difundir a democracia representativa como objetivo fundamental da luta política.
- D) ampliar as disputas pela hegemonia das entidades de trabalhadores com os sindicatos.
- E) fragmentar as lutas políticas dos diversos atores sociais frente ao Estado.

(83) 3322.3222

contato@conedu.com.br

[www.conedu.com.br](http://www.conedu.com.br)



**III CONEDU**

CONGRESSO NACIONAL DE  
**E D U C A Ç Ã O**

Acreditamos que os alunos foram instigados a pensar, refletir e agir sobre a temática e a importância dos Direitos Humanos para a vida digna em sociedade que os estudantes conseguiram compreender as implicações que esses assuntos trazem para suas vidas, bem como foram estimulados a buscar o respeito à diversidade e aos direitos dos outros, independente de condição social, de orientação sexual, de cor da pele, de credo religioso e/ou de ter uma opinião contrária a sua, além de ficarem preparados para responder com segurança a qualquer questão com a qual possam se deparar no ENEM, ou em qualquer outro exame, que dissertem sobre o assunto.

### **Referências Bibliográficas**

ANDREOPOULOS, George J. e CLAUDE, Richard Pierre. **Educação em Direitos Humanos para o século XXI - Vol.5**. São Paulo: Edusp, 2007.

BORTOLINI, Alexandre. e BORTOLINI, Maria Regina. **Direitos Humanos, Currículo, Projeto Político Pedagógico e Avaliação de Políticas**. Módulo IV - Curso de aperfeiçoamento em Educação em Direitos Humanos, UFC/SECADI/MEC, 2012.

**Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio**. Resolução CNE/CEB nº 2, de 30 de janeiro de 2012.

**Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos**. Resolução CNE/CP nº01, de 30 de maio de 2012.

**EXAME NACIONAL DO ENSINO MÉDIO – EDIÇÕES ANTERIORES - PROVAS E GABARITOS**. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/enem/edicoes-antiores/provas-e-gabaritos>

FLORES, Joaquim Herrera. **Direitos Humanos, Interculturalidade e Racionalidade de Resistência**, mimeo. In: PIOVESAN, Flávia. Caderno de Direito Constitucional – Módulo V: Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional. Rio Grande do Sul: Escola da Magistratura do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, 2006. Disponível em: <[http://www2.trf4.jus.br/trf4/upload/arquivos/emagis\\_atividades/ccp5\\_flavia\\_piovesan.pdf](http://www2.trf4.jus.br/trf4/upload/arquivos/emagis_atividades/ccp5_flavia_piovesan.pdf)>

GOMES, Janaina Damasceno. **Direitos Humanos, Escola e Avaliação de Políticas Públicas em Educação: questões de raça e etnia**. Módulo V - Curso de aperfeiçoamento em Educação em Direitos Humanos, UFC/SECADI/MEC, 2012.

GORENDER, Jacob. **Direitos Humanos: o que são (ou devem ser)**. São Paulo: Editora Senac SP, 2007.

HERKENHOFF, J. B. **Curso de Direitos Humanos**. São Paulo: Editora Santuário, 2011.

(83) 3322.3222

contato@conedu.com.br

**www.conedu.com.br**



**III CONEDU**

CONGRESSO NACIONAL DE  
E D U C A Ç Ã O

**MATRIZ DE REFERÊNCIA PARA O ENEM.** MEC/INEP, 2009. Disponível em:  
<http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=310+enen.br>.

MIGLIORIN, Cezar et al (orgs). **Nona Mostra Cinema e Direitos Humanos no Hemisfério Sul** (Catálogo). Brasília, DF / Niterói, RJ: Universidade Federal Fluminense, 2014.

OLIVEIRA, Leandro de., ROCHA, Rachel. e NATIVIDADE, Marcelo Tavares. **Introdução à educação em direitos humanos.** Módulo II - Curso de aperfeiçoamento em Educação em Direitos Humanos, UFC/SECADI/MEC, 2012.

POOLE, Hilary (org). **Direitos Humanos:** referências essenciais. São Paulo: Edusp, 2007.

**Programa Nacional de Direitos Humanos.** Decreto nº 7.037, de 21 de dezembro de 2009.  
Disponível em:  
< [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2009/Decreto/D7037.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D7037.htm)>